

18° Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: GT-15 Sociologia econômica – Pluralismo de enfoques e inovação metodológica

Agricultores, industriais e novas institucionalidades: acordos e conflitos no território da agroindústria conserveira gaúcha

Laura Senna Ferreira (UFSM)

Agricultores, industriais e novas institucionalidades: acordos e conflitos no território da agroindústria conserveira gaúcha

Laura Senna Ferreira

Introdução

A região de Pelotas, no Sul do Rio Grande do Sul, é historicamente uma zona de produção de alimentos. A primeira economia da região foi o charque, depois a cultura do arroz, o beneficiamento da soja, a industrialização de frutas. A indústria de conservas de hortaliças e frutas surgiu em fins do século XIX e início do século XX, quando formaram-se várias pequenas fábricas junto às propriedades de produtores rurais.

Até os anos 1970, o ramo era composto basicamente por pequenos empreendimentos artesanais. A partir de então ocorreu a construção do Distrito Industrial. Grandes fábricas instalaram-se nesse momento, vindo a fazer da região a maior produtora de compotas de pêssago do Brasil. Baseado na fabricação de doces, conservas de frutas e de hortaliças, o setor representou a principal atividade econômica de Pelotas e de municípios vizinhos até fins dos anos 1980.

Ao longo da década de 1990, a maioria das empresas encerrou suas atividades. As que continuaram em funcionamento foram reestruturadas e hoje atingem uma produtividade sem precedentes no segmento, responsável por 98% das compotas produzidas no mercado brasileiro (Ferreira, 2008).

Além de contar com uma mão de obra predominantemente feminina, as empresas do setor conserveiro guardam outras particularidades: são majoritariamente propriedade familiar, ligadas ao setor da agroindústria e têm uma produção sazonal¹.

A cadeia produtiva da indústria conserveira inclui trabalhadores safristas e efetivos, produtores rurais, industriais e instituições públicas e privadas que, desde a década de 1970, desenvolvem pesquisas, políticas e fomentam atividades no ramo, como é o caso da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da

¹ O pico de produção na safra do pêssago, de novembro a início de março.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Para a elaboração do presente artigo, foram considerados essencialmente os documentos que dizem respeito à relação entre agricultores e industriais, além das entrevistas realizadas com representantes dos trabalhadores e dos empresários e com membros de instituições de fomento técnico e científico.

O artigo busca compreender o lugar dos agricultores na cadeia produtiva que compõe a indústria conserveira, observando-se as relações de autonomia e/ou dependência que envolvem o elo associado ao trabalhador rural e aos industriais. Para tanto, num primeiro momento consideram-se aspectos históricos da constituição dessa cadeia produtiva. A seguir, aborda-se de que modo foi se constituindo ao longo dos anos o que veio a ser uma relação de dependência dos produtores rurais fornecedores da indústria. Por fim, são feitas apreciações que incluem o *locus* rural na dinâmica dos processos de racionalização que tem caracterizado o segmento.

Aspectos da formação histórica da agroindústria conserveira

Uma das colônias mais antigas da região sul do Rio Grande do Sul², a colônia Santo Antônio (criada em 1880), situada no município de Pelotas, produzia principalmente uva e pêssigo nas suas terras. Conforme Grandó (1989), colonos de origem francesa chegaram à região por volta de 1874 e 1876 atraídos pela propaganda de imigração, sustentada pelo Brasil na Europa. Eles ocuparam uma das primeiras regiões de lavoura e campos de pastoreio habitadas pelos portugueses no século XVIII, onde havia um núcleo de estancieiros donos de escravos, criadores de gado, produtores de charque³ e badaladores de uma vida de opulência que procurava copiar os hábitos da decadente aristocracia europeia.

O charque, enviado pelo Porto de Rio Grande, era até fins do século XIX exportado a todo o Brasil para alimentação de escravos e pobres. No início do século XIX, período de apogeu dessa indústria, a região hoje entendida como

² A região sul do Rio Grande do Sul é composta por 22 municípios. Pelotas é a maior cidade da região, próxima ao porto da cidade de Rio Grande e a dois aeroportos.

³ A primeira charqueada foi instalada em 1780, às margens do Arroio Pelotas, pelo português José Pinto Martins.

Metade Sul era a parte economicamente mais ativa do território gaúcho, exportando seu principal produto para o mercado nacional e internacional. Por volta de 1860, quando as charqueadas entraram em decadência devido à incapacidade de enfrentar a concorrência das capitalizadas indústrias frigoríficas da Argentina e do Uruguai, os proprietários transferiram parte de seus recursos para o arroz, transformando suas terras de pastagens em extensas lavouras.

Na ocasião, muitos estancieiros começaram a investir na especulação fundiária. Retiveram as terras planas e se apropriaram das que eram contínuas às suas para vender aos imigrantes. A esse esquema foram submetidos alemães, italianos e franceses, que se dedicavam nas suas pequenas propriedades à policultura, à troca mercantil, à pecuária e ao artesanato para consumo familiar.

Nos anos 1920, o cultivo de frutas era praticado por quase todos os colonos de Santo Antônio, uma das principais colônias da região, sendo a cultura do pêssigo a mais generalizada. Na década de 1930, Pelotas viu o florescimento do ramo da alimentação, destacando-se as conservas de carnes, peixes, legumes e frutas, bem como o beneficiamento do arroz, a produção de óleo de soja e de laticínios⁴. As charqueadas deram lugar aos frigoríficos de capitais ingleses e americanos. Dessa maneira, as atividades primárias e agroindustriais foram constituindo o perfil da Zona Sul.

A começar pela charqueada, Pelotas se caracterizou como uma zona de industrialização de alimentos. Por muito tempo suas atividades econômicas giraram em torno do sal e do açúcar. O sal usado no charque que era produzido por escravos, uma manta salgada que se levava para outros cativos do Nordeste, e de lá se trazia o açúcar, que antes das fábricas de conservas serviam para os doces caseiros feitos pelas famílias dos opulentos barões da cidade⁵.

⁴ Nessa época, também figuravam outros segmentos importantes, como as indústria têxtil, química (sabões e antibióticos), metalúrgica, fábricas de vidro, papel, fumo e chapéus, moinhos, entre outros.

⁵ A origem da tradição doceira de Pelotas remonta a esse ciclo do charque. Foram principalmente os barões de origem portuguesa que trouxeram esses costumes. Com o fim das charqueadas e a chegada dos imigrantes alemães, italianos e franceses, intensifica-se o plantio de frutas de clima temperado e a utilização dessas na forma de compotas, doces de massa, passas e cristalizados. Foi por essa tradição que Pelotas ficou conhecida como a

As fábricas artesanais de doces, passas e conservas datam do final do século XIX. Conforme Grando (1989), foi por volta de 1874 que Amadêo Gastal, francês chegado à região em 1850, fabricou as primeiras compotas de pêssego, pepino e aspargo. Contudo, a primeira fábrica de conservas de pêssego em calda que surgiu no meio rural foi a Quinta do Pastorello (de Emilio Ribes), na colônia Santo Antônio, em 1900. Com o passar dos anos foram surgindo muitas outras pequenas fábricas instaladas nas residências dos colonos.

Ao mesmo tempo, na zona da pecuária os empreendimentos que produziam conservas de carnes também passaram a utilizar os equipamentos para conservar vegetais. Em 1920, já havia 22 indústrias de conservas na região sul do Rio Grande do Sul, que na década de 1940 inseria-se na economia nacional exportando para vários estados brasileiros. Em 1950 existia na região quase 100 fábricas.

Um dos entrevistados da pesquisa, ex-industrial da cidade nascido em 1928, conta que sua mãe, filha de colono, fazia doces, compotas de pêssego e conservas de legumes em casa, e o pai, que era fruticultor, cultivava os pomares. O avô paterno presenteou a nora pelo casamento enviando-lhe da Alemanha vidros para conservas. Foi quando a família começou a se dedicar com afinco à produção. Relata que, ainda garoto, aprendeu a fazer conservas e, em 1952, montou uma fábrica na colônia rural, a qual foi transferida para a cidade em 1959. Por volta de 1955, ele foi aos Estados Unidos fazer estágio na Califórnia, uma das regiões mais adequadas do mundo para o cultivo de pêssego. Na ocasião conheceu os maquinários que posteriormente introduziu no Brasil. Quando iniciou no ramo, envolvia-se diretamente tanto na produção das compotas de pêssego como na venda dos produtos.

Esse cenário de fábricas artesanais que operavam com recursos próprios e baixo nível tecnológico começou a se transformar nos anos 1970. As principais mudanças no parque industrial de Pelotas aconteceram entre 1967 e 1973, época do chamado “milagre econômico” que ocorre durante a ditadura

capital nacional do doce. O auge do movimento doceiro ocorre com a Fenadoce, evento da região de caráter internacional que acontece anualmente desde 1986. No início da feira, a maioria das bancas era representada pelas indústrias de conservas, o que mudou a partir do início dos anos 1990, ficando as bancas mais restritas à produção de doces artesanais.

militar. Naquele momento havia em todo o país uma política de estímulo à industrialização. Bancos regionais e estaduais ofereciam financiamentos a longo prazo e com juros baixos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que ainda não era BNDS, passou a financiar as indústrias de transformação com o intuito de fortalecer principalmente os setores considerados mais “atrasados”.

De acordo com Tavares (2000), a Cica⁶, uma empresa familiar como as que existiam no local, foi a primeira grande indústria do ramo alimentício na região. Instalou-se em 1971 utilizando os recursos do BNDE e do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BNDR), com juros subsidiados e acesso fácil a linhas de crédito favoráveis. Nesse período, a prefeitura e o governo do estado também deram todos os incentivos possíveis para indústrias que foram se instalar em Pelotas⁷. A região chegou a ser conhecida como a “Califórnia brasileira” devido a sua grande produção de compotas de pêssego.

A fábrica Cica trouxe para a região o que havia de mais moderno, uma tecnologia importada e de ponta, além da contratação de engenheiros químicos e de alimentos. A partir dessa empresa, o município montou seu parque industrial. Surgiram novas normas sanitárias e de instalações que, somadas à alta capacidade produtiva dessa empresa, ajudaram a encerrar as atividades de muitas fábricas artesanais da colônia. Na mesma época houve estímulos fiscais para a formação de pomares em áreas com mais de 100 ha, e os pequenos proprietários rurais não puderam se beneficiar⁸.

⁶ A empresa fechou em 1990. Quando desativou a unidade em Pelotas, começou a terceirizar a produção, vendendo com a marca Cica produtos fabricados por outras empresas. Em São Paulo, onde ficava a matriz, continuou o beneficiamento do tomate, que sempre foi seu forte, chegando a produzi-lo na região Sul com os incentivos que recebeu do BNDE e BRDE para plantação de tomateiros. A família Bonfiglioli, que foi o oitavo grupo econômico nacional, com 16 linhas de produtos, vendeu o Grupo Cica para a multinacional Gessy Lever em 1993 (Tavares, 2000).

⁷ A pesquisa teve acesso a um documento do governo do estado dos anos 1970 que analisava a viabilidade de instalação de novas indústrias de frutas e hortaliças na Zona Sul. O estudo indicava o montante de investimentos em infraestrutura necessário para o governo estimular a instalação de novas indústrias no Distrito Industrial. Cf. **Projeto Grande Rio Grande**. Secretaria da Agricultura. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1975.

⁸ De acordo com Tavares (2000), a Cica teve um pomar em Piratini e outro em Canguçu. Foram os maiores pomares de pêssego da América Latina, construídos com incentivos fiscais de reflorestamento, sendo pessegueiro uma árvore, entendia-se que podia entrar nesse programa federal. Havia 2 mil produtores ligados à empresa e ela também empregava em torno de 3.500 operários de vários municípios.

A proprietária de uma das fábricas do interior rural de Pelotas – de caráter ainda bastante artesanal – conta que, nos anos 1970, surgiram os grandes pomares empresariais das próprias indústrias ou de particulares que forneciam a essas. As empresas garantiram uma parcela do próprio fornecimento e reduziram a dependência que tinham em relação aos pequenos produtores. Mais seguras do seu abastecimento, passaram a oferecer preços baixos e a recusar parte da produção dos agricultores, classificando-a como imprópria ao beneficiamento. Para a entrevistada, as empresas maiores permaneceram na cidade apenas enquanto houve os altos incentivos governamentais e foram as responsáveis por uma imagem negativa de que os empresários são uma espécie de “predadores dos produtores” (empresária, entrevista, 2007).⁹

Um dos informantes da pesquisa – bancário, especialista em agronegócios, estudioso do setor conserveiro e fomentador de políticas para o ramo junto ao Banco do Brasil – lembra que em meados da década de 1970 as indústrias compraram muito mais área do que iriam ocupar, investindo em especulação imobiliária. Alguns particulares fizeram o mesmo. Isso explica a dispersão de muitas fábricas, que inviabilizadas de se instalarem no Distrito Industrial, foram ocupando outras zonas da cidade.

Conforme Tavares (2000), até 1950 o Brasil ainda importava pêssego *in natura* e mesmo as conservas, mas a política de substituição de importações acabou fortalecendo a produção no Rio Grande do Sul, que passou a ser o principal fornecedor nacional. Em 1972 foi criada a Embrapa e instalado, em Pelotas, o Centro Nacional de Pesquisas de Fruticultura de Clima Temperado, cujos trabalhos estão principalmente voltados à tecnologia do pessegueiro. Logo, as pesquisas conseguiram criar novos cultivares que permitiam aumentar o tempo de safra da fruta.¹⁰

⁹ Essa empresa visitada é um caso bastante particular no setor. Começou recentemente a produzir compotas – até pouco tempo atrás fazia apenas geleias, bolos, cucas, doces de massa, passas de pêssego e outras produções caseiras. Produz uma pequena quantidade de latas de figo e de pêssego e faz parte dessas num sistema orgânico, inclusive, realiza essa produção orgânica em cooperação com um grupo de produtores rurais ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST).

¹⁰ Os cultivares de pêssego são originários da China, mas espalharam-se por outras regiões como a Pérsia, o que dá nome à classificação do *cultivare* como *Prunus pérsica*. O pessegueiro foi introduzido no Brasil em 1532 na Capitania de São Vicente, São Paulo, com mudas provenientes da Ilha da Madeira trazidas por Martim Afonso de Souza.

[...] a década de 1970 foi o marco, foi o boom do pêssego nessa região. [...] A partir de então a pesquisa foi muito demandada, começaram a bater na porta da Embrapa e exigir pesquisa, variedades que dessem rendimento às indústrias [...] naquela época a pesquisa atendia o interesse da indústria. Nós estávamos numa época de ditadura, era mais ou menos assim que funcionavam as coisas (pesquisador da Embrapa, entrevista, 2007).

Um diagnóstico realizado nos anos 1970¹¹, como parte do conjunto de programas governamentais de modernização do setor agrícola desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, avaliava as perspectivas de mercado e previa que a Embrapa receberia recursos para pesquisa de outros cultivares de pêssego. Nesse momento estava havendo uma rápida substituição de pessegueiro tipo mesa pelo tipo indústria.

Em Pelotas, no final da década, 82% dos pomares já eram de variedades para conservas, e 18% de variedades de mesa.

Outra política do governo federal que até fins dos anos 1980 favorecia diretamente esse setor era o “Penhor Mercantil”, ou seja, um financiamento concedido pelo Banco do Brasil que permitia armazenar toda a produção em um depósito do banco. Esse último adiantava 60% do valor das mercadorias e, de acordo com as vendas, a indústria ia quitando sua dívida (Tavares, 2000).

Conforme pesquisa realizada em 1977 pela Fundação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Cientec) (apud Garcia, 2002), apesar dos incentivos do governo essas empresas da região de Pelotas não tinham como foco principal o comércio externo, controlado pelos Estados Unidos e Europa. Seus preços eram os mais altos do mercado internacional. Contudo, as tarifas alfandegárias protetoras eram elevadas na indústria brasileira de frutas e vegetais, o que evitava desvantagens em uma concorrência que se dava apenas entre os nacionais.

“O mercado interno lhes era muito compensador, tanto é que de 1971 a 1974 todas as empresas estudadas aumentaram a produção industrial, exceto uma que não o fez por não ter conseguido mão de obra para o processamento” (Garcia, 2002, p.61). Na época, os industriais estavam mais preocupados com o volume do que com a qualidade da produção de frutas, não estabelecendo

¹¹ Cf. **Diagnóstico da comercialização do pêssego**. Programa comercialização Rio Grande do Sul. FEE, 1977.

normas nem controle rígido. Metade das indústrias não fazia nenhum tipo de tratamento de água e dos resíduos. À medida que aumentava o tamanho da empresa, crescia a importância de outras matérias-primas além do pêssego, diminuindo a ociosidade – que mesmo assim continuava alta devido à dependência maior em relação a essa fruta.

Em 1977 essas empresas já tentavam impedir a entrada do produto argentino na área da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALASC), dando origem a uma disputa que continuou a se travar depois de instituído o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Nos anos 1970, o processo de produção das compotas passa do sistema descontínuo para contínuo, mas muitas operações permaneceram manuais. Nessa década aumentou o rendimento da mão de obra devido ao uso de bancadas com esteira e, em alguns casos, do descaroador semi automático argentino. De modo geral, verifica-se que o impulso da década de 1970 foi dado principalmente pela política de incentivo ao setor e de modernização das atividades agrícolas.

Cadeia produtiva da agroindústria conserveira

A relação entre a indústria e os produtores constitui um contrato informal, a partir do qual os agricultores se tornam fornecedores, adaptando sua produção para abastecimento da indústria. Isso aconteceu principalmente com o pêssego, que é a cultura mais importante dessa cadeia. Com o passar do tempo, os produtores foram priorizando e implementando manejos que garantissem o melhoramento genético dos cultivares adaptados ao beneficiamento industrial.

Além da matéria-prima fornecida pelos agricultores independentes, a indústria buscou garantir parte do seu fornecimento por meio de uma produção agrícola própria. Tal medida, aliada ao fato de os produtores começarem a abandonar outras culturas para se dedicar apenas à produção de pêssegos, resultou numa fragilização dos agricultores e maior dependência em relação às indústrias. Tal aspecto torna-se dramático quando se verifica o tratamento que os industriais têm dispensado aos produtores. Destaca-se o depoimento de um dos interlocutores a respeito da relação entre agricultores e industriais:

[...] um empresário Kamikaze, um predador, ele tem um patrimônio enorme, é um dos caras mais ricos que tem na cidade, ele tem mais de 600 ha de pêssego, tem uma indústria que é capaz de produzir numa safra mais de 20 milhões de latas. A firma dele é grande, ele é dono de um monte de imóveis, vive comprando cada vez mais e tal, mas nunca ele se interessou em fortalecer as galinhas dos ovos de ouro dele, que eram os produtores. Se ele tinha o apoio que alimentava todo aquele complexo dele, ele sempre procurou pagar o mínimo possível, até nem pagar [...] é um empresário bom pra ele e pra família dele, mas para região não, ele quer ganhar sozinho, não quer fortalecer os parceiros (pesquisador da Embrapa, entrevista, 2007).

Na década de 1980, em Pelotas e região, havia em torno de 2.500 pequenos e médios produtores de pêssego para indústria. Esse número tem diminuído, mas não a produção, que na metade dos anos 2000 ficou em torno de 40.000 toneladas. Dessas, 50% do que é destinado à industrialização provém de produtores empresariais (a partir de 100 ha), e o restante vem de pequenos e médios produtores, num total de 1.500 famílias.

Nas propriedades empresariais, os pomares são “altamente tecnificados, com produtividade em torno de 20 ton./ha [...] Enquanto os pequenos e médios têm produtividade máxima de 14 ton./ha” (Fachinello et al., 2005, p. 29)¹². A maioria das indústrias de conservas da região opera exclusivamente com a industrialização do pêssego, permanecendo inoperantes no período entressafra. Em 1999 foi implantada a Produção Integrada de Pêssego (PIP)¹³ e, em 2003, participaram 85 produtores, em uma área de 310 ha com produtividade de 4.650 toneladas.

A região produtora de pêssego inclui os municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu, Arroio do Padre, Herval do Sul, Arroio Grande, Pedro Osório, Cerrito e Piratini (Decker, 2006).

A região de Pelotas, composta pelo município de Morro Redondo e Capão do Leão, produz 98% do pêssego em calda do Brasil. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae¹⁴ verificou que as propriedades rurais vendiam 86,4% da

¹² Guia para indicação de procedência para frutas-pêssego em calda da região de Pelotas/ Fachinello et al. Pelotas: Gráfica Sem Rival, 2005.

¹³ A Produção Integrada está relacionada à rastreabilidade, que significa um controle agrícola com vistas a uma produção de frutas mais saudáveis e um maior cuidado com a saúde do agricultor.

¹⁴ Cf. **APL de Conservas no polo regional de Pelotas**. Gestão do planejamento, orçamento e finanças – estudos e pesquisas. Sebrae/RS, set., 2006.

sua produção de pêssego para as indústrias. Os principais destinos da venda dos produtos são os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.¹⁵

A respeito do sistema de Produção Integrada (PI), considera-se:

a gente tem um trabalho de acompanhamento, tem um engenheiro agrônomo que trabalha a questão da Produção Integrada junto com os produtores, a nossa empresa foi pioneira no desenvolvimento desse processo [...] a gente foi qualificando, ficamos só com os produtores que tinham qualidade melhor (empresário, entrevista, 2007).

A dependência do produtor em relação à indústria intensifica-se quando envolve financiamento da produção, o qual acaba atrelando o fornecimento a uma empresa em particular:

[...] nós financiamos tudo, eles montaram pomar, agora, são nossos fornecedores exclusivo [...] foi feito investimento pra que nós tivéssemos um fornecimento maior, porque antes era um horror, hoje vem um caminhão com um fornecedor, antes vinha um caminhão de 20 produtores [...] hoje tem fornecedor que entrega 200 toneladas, antes, tinha uns que entregavam 15 ou 20 (empresário, entrevista, 2007).

Um dos empresários, que ocupa posição privilegiada por já ter sido gerente e presidente do sindicato patronal, propôs uma leitura do setor conserveiro nos últimos anos:

de 1995 a 2000... na área agrícola... Se criou junto ao Sebrae, Emater e Embrapa, uma área nova para cuidar disso, que foi a CAFH¹⁶, uma cadeia produtiva, onde todos empresários estavam envolvidos. Tentamos junto às áreas agrícolas, com os produtores, fazer com que eles recebessem as melhores tecnologias para suas áreas... com isso nós tivemos mais produtividade dentro da indústria, a fruta quanto maior, menos mão de obra dentro da indústria, maior produtividade você tem... o produtor voltou a investir forte em cima de sua propriedade, aí eles começaram a comprar equipamentos também pra suas propriedades, afim de que tivessem mais produtividade com menor custo, aí ele comprou trator, compraram pulverizadores, ampliaram suas áreas... muitos tiveram que sair, e vão sair ainda, muitas pessoas que acham que vão viver do pêssego não vão conseguir se não tiver grandes produções. E isso tem levado muitos produtores a

¹⁵ Na safra de 1980/81, a produção foi de 48 milhões de latas (produzidas por 40 empresas); em 1990/91, caiu para 19 milhões (produzidas por 19 empresas); na safra 2000/01, o setor produziu 36 milhões de latas (por 14 empresas); e na safra 2006/07 foram produzidas 50 milhões de latas (12 empresas). Em 1980 havia 3.500 produtores rurais, em 1990 esse número caiu para 2.330 e, em 2000, despencou para cerca de 1.500. Fonte: Sindicato dos Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas (Sindocopel), 2006.

¹⁶ Cadeia Agroindustrial de Frutas e Hortaliças (CAFH).

serem empresários na área agrícola, que tem pensamento e atitude como empresário, aumentam sua área, produzem mais, não engordam sua estrutura, mas investem em equipamentos para produzir mais (empresário, entrevista, 2007).

Nesse tipo de agroindústria é muito tensa a relação da indústria com o dono da matéria-prima. Essa tensão se agravou nos últimos anos, uma vez que os pequenos produtores foram empobrecendo e os pomares empresariais ganhando maior expressão.

[...] a tecnologia utilizada pelo pomar empresarial, que é o industrial, é toda recomendada pela Embrapa, inclusive se visita junto com a Emater. Nos familiares, nem sempre, porque a Emater não tem gente suficiente pra atender todos produtores familiares, então existe uma diferenciação no tratamento, esses empresariais são poucos, não chegam a 20 pomares empresariais, mas esses 20 são responsáveis por 50% da oferta de pêssego da região. Por outro lado, nós temos em torno de 1.500 produtores familiares, responsáveis pelos outros 50%, muito desigual, né? (pesquisador da Embrapa, entrevista, 2007).

Para contrabalançar o poder da indústria sobre os agricultores tem surgido políticas públicas, ações coletivas, bem como novas institucionalidades, a exemplo do Comitê de Fruticultura, que emerge com o propósito de fortalecer os produtores agrícolas nessa relação com a indústria.

... a nossa intenção é também aproximar a indústria, mas a gente nota uma certa resistência... a aproximação com a indústria é mais difícil porque o Comitê sempre se posicionou a defender os produtores pra valorizar a produção, e isso aí vai contra os interesses das indústrias que, muitas vezes, quer pagar o menor preço que ela puder... [às vezes ocorre que] a indústria recebeu o pêssego de terceira, não pagou o produtor, disse que não servia, botou picado de qualquer maneira dentro da lata, e o produtor não foi remunerado. Nós estamos buscando uma solução pra produzir o suco e evitar do produtor perder esse produto (presidente do Comitê de Fruticultura da Metade Sul, entrevista, 2006).¹⁷

Conforme o produtor e presidente da Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego (AGPP) (entrevista, 2006),

... tem alguns projetos do governo pra incentivar a venda *in natura*, mas nós estamos enfrentando resistência das indústrias... A gente queria poder entregar 10% para o *in natura*, mas eles não querem, querem que seja todo da indústria. Tem indústria que diz que se descobrir que o produtor vendeu *in natura* ela não compra do produtor... não tem escolha, tem que vender pra indústria.

¹⁷ Há uma fábrica de Morro Redondo que produz suco de pêssego.

Todavia, muitas indústrias vendem *in natura* o pêssego dos próprios pomares. O presidente da AGPP (entrevista, 2006) afirma que alguns produtores aderiram à Produção Integrada¹⁸, mas a maioria não a adota porque não tem retorno. Ele considera o seguinte: “[...] tá difícil de mudar a mentalidade de muitos produtores, que a gente tem que se unir pra nós definir nosso produto, 50% são os mais antigos e querem vender só pra indústria, se não a indústria não vai comprar no próximo ano”¹⁹.

De 1999 até 2005, a CAFH promoveu várias ações, entre elas o estímulo à implantação da Produção Integrada de Pêssego, dentro da proposta de rastreabilidade da fruta, através de ações tais como: cursos e treinamentos para produtores; articulação do encontro Brasil/Chile – Frutas e Hortaliças, visando ao desenvolvimento de políticas integradas para exportação; organização da Segunda Festa Nacional do Pêssego (Fenapêssego), que não acontecia desde 1973; promoção da Feira Mundial dos Produtores de Frutas, evento realizado em Mendoza/Argentina; exposições em feiras internacionais, entre outros. Para conhecer a produção de outros países, como Uruguai, Argentina e Chile, foram realizadas visitas técnicas a pomares e indústrias. Em 2000, a CAFH contribuiu para o encaminhamento de um processo *antidumping* contra o pêssego grego que resultou na obtenção de taxaço para importação desse produto.²⁰

¹⁸ Além da mudança na colônia no sentido da Produção Integrada (PI), o entrevistado afirma que nos últimos anos aumentou muito a “população de trator na colônia”. A maior dos tratores financiada pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e outros financiamentos através do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e do Banco do Brasil.

¹⁹ Os produtores recorrem frequentemente ao poder público para intervir nas suas relações com a indústria. Em correspondência encaminhada ao relator da Subcomissão de Agroindústria do Rio Grande do Sul, eles fazem alguns esclarecimentos quanto à condição de precariedade vivida pelo produtor rural e solicitam alguma atitude do governo. O documento traz as seguintes objeções: “a) a classificação dos produtos entregues às indústrias sofrem descontos abusivos, sem oportunizar meios para os produtores fiscalizarem os critérios adotados; b) existe constante atraso no pagamento das vendas de produtos e, quando pagos, não acrescentam juros e correções monetárias, além de muitas indústrias, até a presente data, não quitaram seus débitos de safras passadas; c) existe desconsideração daqueles produtores que comercializam produtos altamente perecíveis, pois há demora de até dois dias na descarga do produto; d) as indústrias conserveiras retêm a comprovação da entrega dos produtos e, quando o fazem, constam descontos abusivos que inviabilizam as reclamações por parte dos produtores; e) na maioria das vezes, os preços mínimos oferecidos aos pequenos e médios produtores não cobrem as despesas”. (Fonte: Correspondência encaminhada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas ao relator da Subcomissão Agroindústria, deputado estadual Bernardo de Souza, 1999).

²⁰ Segundo o peticionário (Sindicato dos Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas/Sindocopel), as vendas do produto grego estavam sendo realizadas abaixo do custo de produção e comercialização devido à existência de subsídio governamental. A Secretaria do

Em audiência proposta pela Câmara dos Vereadores²¹ foi debatida a possibilidade de incorporação do pêssego na merenda escolar, em forma de lata, suco, pessegada etc. Entre os principais argumentos das instituições presentes – Embrapa, Emater, Cooperfrutis²², Banco do Brasil, Secretaria da Educação – está a necessidade de cultivar nos jovens o gosto por essa fruta tradicional da região:

... o pêssego é a marca de Pelotas. Não há nada que caracterize melhor essa região. É um produto nobre, é reconhecido a nível internacional, tem valor alimentício, enfim, tem uma importância social e econômica... importância na geração de emprego... Temos uma mina mal explorada... nosso jovem não pode esquecer essa característica tão forte na nossa região (presidente da Cooperfrutis, entrevista, 2007)²³.

Os programas de rastreabilidade e Produção Integrada – os quais incluem menor uso de agrotóxicos, monitoramento de pragas, de doenças e cuidados com a saúde dos trabalhadores e com o meio ambiente – também receberam forte apoio do governo através de incentivos federais. Além dos cuidados com o fruto e com o meio ambiente, os documentos do Ministério da Agricultura referem-se a uma forma de produção que prime pelo “desenvolvimento sustentável”²⁴, “responsabilidade ambiental”²⁵ e “responsabilidade social”.

A partir de documento ²⁶ elaborado com o objetivo de estimular e orientar a implementação da Indicação de Procedência (IP) para pêssego em calda da região de Pelotas, o que daria ao setor um selo e o direito de usar

Comércio Exterior (SECEX), com base no parecer do Departamento de Defesa Comercial (DECOM), abriu, em 2000, uma investigação para apurar essas práticas. A conclusão resultou na incorporação da conserva de pêssego na lista de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) com alíquota do imposto de importação fixada temporariamente em 55% (no período da investigação era de 23%, e estava prevista na TEC que viesse a ser de 14%). Sobre o encerramento da investigação de *dumping* nas exportações de conservas de pêssego quando originárias da Grécia, cf. Parecer DECOM n.4. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2002.

²¹ Audiência pública de 6 de dezembro de 2006.

²² Cooperativa de Fruticultura do Sul (Cooperfrutis).

²³ A lei proposta – 30 mil sobremesas de pêssego e sucos nas escolas – anuncia abertura de licitação em abril de 2007 (jornal *Diário Popular*, 4 abril de 2007).

²⁴ Sobre as normas do PIP, cf. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Normas técnicas e documentos de acompanhamento da Produção Integrada do Pêssego. Dezembro, 2003.

²⁵ O controle de praga pode ser feito sem recorrer ao uso intensivo de inseticidas, que resulta em problemas para a saúde do consumidor e do produtor e prejudica o meio ambiente. Basta que o agricultor faça um controle integrado. A explicação acerca desse controle foi exposta em Nora et al. (1997).

²⁶ Fachinello et al. (2005).

exclusivamente o nome geográfico, essa seria uma estratégia de inserção no mercado e uma maneira de valorizar a cultura local, respeitando os trabalhadores e o meio ambiente.

Para tanto, os produtores precisariam manejar os pomares de acordo com as normas da Produção Integrada de Pêssego (PIP) ²⁷, enquanto as indústrias devem seguir as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e/ou Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). O registro de todas as informações acerca do produto seria viabilizado pela rastreabilidade ²⁸, que identifica as características e a história do produto com um código de barra a ser acompanhado *on-line*. Dessa maneira, a imagem do produto seria melhorada e se construiriam marcas regionais coletivas e diferenciadas, importantes para aumentar a competitividade. Nesse sentido, a Indicação de Procedência serviria “como instrumento de desenvolvimento econômico local e setorial... representa uma maneira de valorizar a tradição” (Fachinello et al., 2005, p. 10). Ou seja, um modelo que permitiria mais “ética”, “transparência”, “confiança” do consumidor e respeito ao meio ambiente.

Considerações finais

A relação entre os diferentes elos da cadeia produtiva das conservas revela uma assimetria de poder, na qual tanto os trabalhadores como os agricultores posicionam-se no polo mais fraco no que tange às negociações com a indústria.

Abramo e Abreu (2000) analisam esse aspecto da assimetria de poder nas cadeias produtivas. As desigualdades de condições fazem com que alguns possam coordenar e tenham mais poder sobre outros. Quando se considera a condição de dependência dos produtores rurais em relação às indústrias, verifica-se essa desigualdade entre os elos da cadeia, contra a qual as instituições representativas não tiveram uma posição de enfrentamento.

²⁷ A Produção Integrada (PI) surgiu na Europa nos anos 1970. Uma forma de produção que prima por incentivar o associativismo e a cooperação. Os Estados Unidos estabeleceram a rastreabilidade na Lei de Bioterrorismo em 2004. Cf. Tibola (2005).

²⁸ Conforme a Instrução Normativa n. 20, de 27 de setembro de 2001 do Mapa, a rastreabilidade torna-se obrigatória na PIF (Produção Integrada de Fruta), sendo necessária a manutenção de registro de todos os procedimentos. O EAN/UCC-128 é o mais completo código de barra da atualidade.

Segundo o presidente da AGPP, é difícil mudar a mentalidade dos produtores, já acostumados com essa desigualdade de condições.

O empresário responsabilizam os produtores por boa parte dos problemas e da crise da indústria conserveira, alegando que falta a eles uma mentalidade empreendedora, quer dizer, sofrem da “falta de uma visão empresarial”. Para um dos industriais, a produção agrícola melhorou nos anos 1990 porque houve a eliminação de uma série de pequenos produtores sem qualificação, aumentando a produtividade dos que ficaram e adotaram uma “mentalidade empresarial”.

Tal consideração remete à abordagem de Ianni (2004) sobre a reestruturação produtiva no campo. Conforme o autor, as empresas que precisam de matéria-prima agrícola geralmente terceirizam parte ou toda a produção agrícola. Esse é precisamente o caso da indústria conserveira. Muitas empresas desse ramo, além de terem seus próprios pomares, contratam informalmente fornecedores agrícolas.

Até fins dos anos 1980, era mais comum as empresas darem assistência técnica ao produtor. Todavia, a partir de 1990 elas começaram a enxugar seus custos também nessa área, deixando esse encargo por conta do governo e dos próprios agricultores. A postura do “custo mínimo” estendeu-se para a área agrícola.

Os empresários rurais – mais bem colocados que os pequenos produtores – adotaram trator, pulverizador, novos produtos de uso agrícola, melhoraram a qualidade da fruta e, por conseguinte, ampliaram a produtividade. As desigualdades que encontramos entre os produtores, e em relação às suas negociações com as indústrias, também indicam a heterogeneidade desse segmento na parte agrícola e os diferentes ritmos e formas de atuação dentro do mesmo setor.

Como forma de “flexibilizar a produção” (Harvey, 1992) também na esfera rural, surgem cooperativas – como é o caso da Cooperfrutis – que agregam inclusive empresários rurais. O mundo rural ao lado dos mundos do trabalho e da empresa compõe um dos eixos cruciais no processo de racionalização da indústria conserveira. Essa indústria se moderniza do ponto de vista tecnológico e gestorial, mantendo, contudo, uma relação predatória tanto

com os seus trabalhadores fabris como com os seus fornecedores agrícolas quando esses são pequenos produtores.

As políticas para a agricultura familiar não têm mudado o curso dessa dependência em relação à indústria. As instâncias organizativas dos pequenos agricultores têm pouca força para negociar, colocando a agricultura familiar em condições de vulnerabilidade. Além disso, ainda há o fato de que tem se constituído no campo uma elite agrária no fornecimento da fruta, capaz de produzir em grande quantidade a partir de alta modernização tecnológica.

Nesse contexto, o sindicalismo dos trabalhadores rurais tem dificuldade de mobilização, tanto na forma de protesto como em termos propositivos. Do ponto de vista da indústria, há um esforço para impor o modelo agricultor-empresário como único meio de viabilizar a sustentabilidade no campo.

O problema do rural na relação com a indústria passa pela questão do modelo de desenvolvimento em andamento no campo e na cidade. A possibilidade de maior autonomia do produtor rural passa por condições gerais, conforme Abramovay (1999, p.1), o que envolve um

conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento. Isso não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural: é daí que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas ao atraso e ao abandono.

O tema da dependência dos agricultores em relação à indústria está para além de uma questão privada, envolve aspectos a ser tratados na arena pública, pois diz respeito aos modelos de desenvolvimento. Isso inclui pensar o meio rural como central e não meramente como secundário numa suposta dinâmica comandada pela indústria e pelas cidades. Ou seja, faz-se importante observar as relações entre rural-urbano de outro ângulo. Para tanto, vale considerar as proposições de Abramovay (1999, p. 18) acerca das condições para que os agricultores participem de um possível novo modelo de desenvolvimento:

A organização local, a ampliação do círculo com os quais se relacionam os agricultores, a pressão para que aumente seu acesso ao crédito e os investimentos públicos em infraestrutura

e serviços (e sobretudo os investimentos em educação e formação), estes fatores conjugados têm o poder de alterar o ambiente institucional do meio rural para que ele deixe de ser assimilado automaticamente ao atraso e ao abandono.

A literatura sobre o rural tem destacado a importância de pensá-lo a partir das suas conexões com o global, quer dizer, considerar o modo pelo qual os processos globais impactam as localidades, tendo em conta os processos de reestruturação econômica, tecnológica e institucional. É tal aspecto que tem levado a um crescente interesse pela abordagem territorial – “a globalização acaba realçando o papel das dinâmicas locais e territoriais” (Schneider, 2004, p. 114) –, considerando o território como espaço de visões de mundo, de disputas de interesses e de poder.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – v. 28 nº 1, 2, 3 e v. 29, n.º1, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.

ABREU, Alice; ABRAMO, Laís (Org.). **Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

DECKER, Sérgio. **Perfil, desempenho e capacidade tecnológica da agroindústria de doces e conservas da Região Sul do RS**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

FACHINELLO et al. **Guia para indicação de procedência para frutas: pêssego em calda da região de Pelotas**. Pelotas: Gráfica Sem Rival, 2005.

FERREIRA, Laura Senna. **Reestruturação produtiva: mudanças e permanências no mundo do trabalho e empresarial da indústria conserveira na região de Pelotas-RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GARCIA, Ana Elisa. **Mudança tecnológica e competitividade: a indústria de doces e conservas de frutas**. São Paulo: Scortecci, 2002.

GRANDO, Marinês. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da “colônia francesa” no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

NORA et al. **Controle integrado de moscas-das-frutas**. Manual do produtor. Florianópolis: Epagri, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

TAVARES, Jacqueline. **A indústria conserveira pelotense: ascensão e declínio**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2000.

TIBOLA, Cassiane Salete. **Implementação da rastreabilidade na produção integrada de pêssego**. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.